

Handwritten signature or initials in the top right corner.



Relatório & Contas 2016 consolidadas

Golden Actives – SGPS, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 500.000 Euro



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade consolidada da Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

É relativamente consensual afirmar que o ano de 2016 será recordado não pela guerra da Síria, pela crise dos refugiados ou pelos problemas financeiros que continuam a assolar o sul da Europa e a fragilizar o seu sistema bancário, mas por dois atos eleitorais: o referendo à permanência do Reino Unido na União Europeia e as eleições Presidenciais nos EUA. Relativamente ao primeiro, nas semanas que antecederam a votação a generalidade dos analistas acreditava que o “Remain” (permanência do Reino Unido na UE) acabaria por prevalecer e foi por isso com estrondo que foram recebidos os resultados durante a madrugada e manhã de 24 de junho e o “Brexit” (saída do Reino Unido da UE) foi declarado vencedor. Para além das consequências violentas e imediatas nos mercados com uma forte queda dos índices acionistas, aumento da volatilidade, depreciação do Euro e particularmente da Libra Esterlina face ao USD e lene e aumento da procura por tradicionais ativos de refúgio (metais preciosos e obrigações de dívida pública de melhor rating), este resultado também teve consequências políticas com o primeiro-ministro David Cameron a apresentar a sua demissão. Igual destino teria o primeiro-ministro italiano Matteo Renzi, que apresentaria também a sua demissão em dezembro após uma esmagadora derrota no referendo constitucional (onde se propunha o fim do sistema de bicameralismo perfeito no sistema político italiano e a redução do número de Senadores de 315 para 100). Nas Presidenciais dos EUA em novembro, o resultado menos esperado voltaria a acontecer e Donald John Trump, o excessivo e impulsivo magnata nova-iorquino de 70 anos sem experiência política e que conduziu uma campanha populista e contra o

sistema, surpreendeu os EUA e o mundo ao conquistar os votos necessários no colégio eleitoral para se tornar o 46º Presidente dos Estados Unidos da América.

Em termos macroeconómicos propriamente ditos, em 2016 a economia mundial continuou a registar níveis de crescimento modestos, acentuando a tendência de abrandamento que se vem verificando desde 2014 e registando o ritmo de crescimento mais baixo desde 2010 (segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional, o PIB global terá crescido apenas 3.1% em 2016, o que compara com um crescimento de 3.2% em 2015 e 3.4% em 2014). Esta tendência de abrandamento oculta, no entanto, comportamentos substancialmente divergentes dos principais blocos económicos e mesmo entre os diferentes países de cada bloco. Se entre as economias avançadas se verificou efetivamente um menor dinamismo (com destaque para os EUA onde o crescimento foi o mais fraco desde 2011), na Europa a atividade económica registou uma progressão claramente mais vigorosa com destaque para Espanha e Reino Unido, com o desempenho desta última economia a ser particularmente surpreendente num contexto de pós votação favorável no referendo à saída do país da União Europeia (Brexit). Por outro lado, embora o ritmo de produção tenha permanecido abaixo do potencial em várias outras economias avançadas, particularmente na área do euro e no Japão, é de assinalar uma aceleração relevante da atividade ao longo do segundo semestre que se terá estendido para os primeiros meses de 2017. Já nas economias emergentes o ritmo de crescimento pouco se alterou em termos agregados, contudo este crescimento foi suportado pela Índia e pela China, em claro contraste com países como a Rússia, a Venezuela e o Brasil, que permaneceram em recessão refletindo principalmente fatores idiossincráticos. Relativamente à política monetária, os principais bancos centrais seguiram rumos diferenciados, mas globalmente mantiveram uma postura extremamente acomodaticia durante todo o ano, cumprindo o seu papel no estímulo da atividade económica mas também gerando algumas distorções nos mercados financeiros: nos EUA, a FED, apesar do crescimento modesto, foi impelida, em face de uma gradual melhoria do mercado de trabalho e de um recrudescimento das pressões inflacionistas (muito por culpa da recuperação do preço do petróleo nos mercados internacionais) a subir a sua taxa de referência (mas apenas uma vez, em 0.25% e apenas na reunião de dezembro); o Banco Central Europeu reforçou as medidas expansionistas de política monetária não convencionais (*quantitative easing*) e avançou primeiro com o aumento do volume mensal e posteriormente com um alargamento temporal do programa de compra de ativos até dezembro de 2017 e, por fim, o Banco do Japão continuou a tentar encontrar soluções para reavivar uma economia caracterizada pela quase ausência de crescimento e pela inexistência de inflação e inovou mais uma vez (abandonando o compromisso quantitativo de compras de obrigações do



tesouro japonesas para avançar com “compras ilimitadas” para controlar a curva das *yields* do tesouro nipónico, quer em termos de inclinação dessa curva, quer a sua localização propriamente dita).

As perspetivas para a evolução da atividade económica global em 2017 e 2018 são mais positivas, especialmente para as economias avançadas refletindo as boas indicações já sentidas ao longo do segundo semestre de 2016, bem como um estímulo fiscal prometido pela administração Trump nos Estados Unidos. Na Zona Euro os indicadores de atividade económica e de confiança estão em alta e são compatíveis com uma aceleração do ritmo de crescimento deste bloco para um ritmo substancialmente mais forte do que nos últimos anos e a inflação tem vindo a subir gradualmente pelo que os riscos de deflação parecem estar definitivamente afastados.

Em suma globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente positivas, mas há no entanto múltiplos focos de incerteza nessas projeções, com destaque para as incertezas em torno da orientação política da nova administração dos EUA (claramente mais favorável a políticas protecionistas) e suas ramificações globais (países com grande dependência das exportações para os EUA como o México, enfrentam um cenário macroeconómico menos benigno para 2017 e 2018), os riscos associados a um aperto mais forte nas condições financeiras globais que poderiam trazer de volta á ribalta as debilidades que ainda persistem em alguns dos países da zona euro e em algumas economias emergentes e o sempre presente risco de um abrandamento mais severo na China.

Mercados Financeiros (classes de ativos)

Síntese

O ano de 2016 teve um arranque marcado por quedas violentas não apenas nos mercados acionistas, mas também nos obrigacionistas, especialmente nos ativos de menor qualidade creditícia. Com o avançar do ano os investidores foram igualmente confrontados com importantes surpresas, nomeadamente ao nível político, com os resultados do referendo sobre o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos da América. Contudo, apesar destes contratempos, no cômputo global do ano de 2016 o desempenho dos mercados financeiros globais acabou por revelar-se positivo.

Handwritten notes and a small sketch in the top right corner of the page.

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Monetário	0,65%	1,23%	0,64%	0,18%	0,24%	0,08%	0,00%
Obrigações do Tesouro	1,23%	3,25%	10,75%	2,02%	12,98%	1,48%	3,11%
Obrigações Corporate	4,31%	1,56%	13,52%	2,10%	8,17%	-0,67%	4,64%
Obrigações High Yield	-	-1,62%	23,08%	6,85%	3,71%	-1,06%	7,96%
Obrigações Mercados Emergentes	-	-2,15%	14,39%	-10,76%	-5,93%	-13,36%	9,70%
Ações Globais	-	-	12,74%	29,00%	10,47%	1,00%	7,38%
Ações Mercados Emergentes	-	-	-	-3,06%	0,95%	-11,99%	7,01%
Commodities	23,50%	-5,01%	-6,60%	-8,97%	-7,45%	-16,22%	13,35%
Alternativos	-	-	0,49%	5,40%	-3,14%	-5,54%	0,02%

(Nota: retornos dos etfs)



Ações

Começando pelo mercado acionista, 2016 foi, de facto, um ano díspar no que respeita à evolução dos retornos nos blocos geográficos mais importantes e, mesmo ao nível de cada geografia, as divergências de performance ao nível setorial foram pronunciadas. O S&P 500 foi a exceção, uma vez que liderou sistematicamente os ganhos, encontrando inclusive novo fôlego aquando da eleição de Trump, tendo perdido algum fulgor em termos relativos apenas no mês de dezembro, valorizando 1.8% e encerrando o ano muito próximo dos dois dígitos (9.5%). No Japão, depois de estar a perder mais de 20% no ano, o índice Nikkei 225 encetou uma recuperação importante, apoiada na depreciação do Iene, não apenas contra o Euro mas, fundamentalmente, contra o Dólar norte-americano, conseguindo o quinto registo anual positivo consecutivo (embora marginal), graças à forte performance nas últimas semanas do ano. No velho continente, a análise a disparidade de resultados nos diversos mercados foi assinalável. Assim, enquanto de uma forma agregada, o **Euro Stoxx 50**, à imagem do Nikkei, encerrou o ano marginalmente positivo igualmente devido ao rally de final de ano (valorizando uns impressionantes 7.8% no mês de dezembro) numa análise individual por país constata-se facilmente duas realidades: nos países core, onde a Alemanha é o exemplo maior, a barreira dos retornos positivos foi atingida antecipadamente e os ganhos no ano foram por isso expressivos (DAX: +7.9% em dezembro, encerrando o ano com um retorno de 6.9%); já na periferia europeia os retornos foram transversalmente negativos embora as amplitudes das perdas tenham diferido consideravelmente entre os países. Assim, não obstante os retornos positivos em dezembro, o índice nacional PSI 20 encerrou 2016 com uma queda de 11.9%, enquanto o MIB em Itália perdeu 6.5% e o IBEX 35 contraiu 2.0%, tendo sido claramente o melhor índice periférico apesar de Espanha ter estado sem governo durante 10 meses.

Performance Ativos Financeiros em 2016:

	$\Delta \%$		$\Delta \%$
S&P 500 (EUA)	9.5%	CORE EURO GOV BONDS	3.1%
EURO STOXX 50 (Europa)	0.7%	CORE EURO CORP BONDS	4.6%
DAX (Alemanha)	6.9%	EURO HY BONDS	8.0%
PSI 20 (Portugal)	-11.9%	EMERG MKTS DEBT LOCAL CURRENCY	9.5%
IBEX 35 (Espanha)	-2.0%	Reuters/ Jefferies Commodity Index	9.3%
MSCI World (Mundo)	7.4%	Ouro	8.1%
Hedge Fund Return Index	2.5%	Crude	22.8%



Obrigações

O segmento obrigacionista viveu um ano peculiar desde o seu início. No entanto, os últimos meses de evolução têm levado os agentes de mercado a questionar se o ciclo de quase três décadas positivas não terá encontrado finalmente o seu fim. O ano iniciou com um consenso de que pouco espaço haveria para performance na componente core, quer em dívida governamental, quer em empresas de melhor *rating*, dado o nível de taxas de juro à data. Contudo, até meados do ano, estas lideravam os ganhos entre as várias classes de ativos. A base destes retornos assentava na estabilidade da política monetária do Banco Central Europeu e na relutância por parte da FED em subir novamente as taxas diretoras nos EUA em prossecução da primeira subida de 25 pb ocorrida em dezembro de 2015.

Para além destes fatores, o mercado também entrou em 2016 receoso sobre a capacidade creditícia dos emissores mais fracos, muitos deles diretamente ligados às matérias-primas, cujos preços estavam e continuaram demasiado deprimidos, o que adicionado ao receio de falta de liquidez, típico neste segmento de *high yield*, proporcionou um *sell-off* expressivo, levando os investidores a refugiarem-se na dívida de melhor qualidade. O segundo semestre do ano veio, contudo, uma realidade bem diferente. Nos EUA, a economia começou a dar sinais francamente positivos, quer ao nível do emprego, quer ao nível da inflação, abrindo espaço à FED para subir taxas, o que aliado à vitória de Donald Trump nas eleições e às expectativas de que haverá menos regulação, mais investimento público e menos impostos, projetam uma economia mais inflacionista e com maior *stock* de dívida, que só poderá ser consistente com um nível de taxas de juro substancialmente superior. Na Europa, não só por contágio natural, mas também pelos primeiros receios de *tapering* por parte do Banco Central Europeu (após sinais de recuperação no ritmo de crescimento das economias da zona Euro) também ocorreu um forte movimento de subida de *yields* que até acabaria por

ser mais expressivo que nos EUA porque, em termos absolutos, os níveis de taxa de juro de partida eram bastante inferiores.

Nos Mercados Emergentes, poucas eram as casas de investimento no início de 2016 que apostavam neste segmento como sendo capaz de gerar *outperformance*, e de facto o ano começou titubeante, mas a recuperação no preço das matérias-primas, nomeadamente do petróleo (que encerrou o ano a valorizar 26.7%), bem como de alguns metais (quer preciosos, quer industriais) permitiram ganhos expressivos só travados nos últimos meses devido à apreciação expressiva do Dólar norte-americano. O ETF MSCI Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo de 5.3%. Tal como já referido, o ano de 2016 foi particularmente importante para as matérias-primas, com o índice representativo do cabaz completo a valorizar 9.3% no final do ano.

Uma nota final para o mercado cambial, onde se destaca a trajetória de depreciação do euro ao longo do ano, que se justifica pela política monetária extremamente expansionista preconizada pelo BCE e por um ainda pior desempenho da Libra Esterlina, muito penalizada pelo evento do Brexit. Em sentido contrário, assinala-se a forte recuperação das moedas de algumas economias emergentes mais dependentes da exportação de matérias-primas, como o real brasileiro ou o rublo russo, que assim inverteram a tendência de perda de valor dos últimos anos.

Portugal

O ano de 2016 foi também um ano de consolidação da retoma da economia portuguesa. A taxa de crescimento da economia portuguesa reduziu-se face a 2015 de 1.6% para 1.4%, em virtude da retração do investimento que interrompeu a tendência de recuperação que vinha a traçar nos últimos anos. Em contraste, o consumo privado manteve-se robusto beneficiando da reposição de rendimentos dos funcionários públicos e das pensões de valor mais elevado e a economia beneficiou ainda do dinamismo do turismo. O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que permitiu que o défice orçamental se reduzisse para valores mínimos de mais de 40 anos, o que permitiu ao país a saída do procedimento de défices excessivos. As boas notícias deverão continuar em 2017 pois, segundo as últimas previsões publicadas pelo Banco de Portugal, a expansão económica deverá acelerar para um valor em torno dos 1.8%, o que a materializar-se será a expansão mais forte desde 2010. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 foram também revistas em alta nestas últimas previsões em

0.1% e 0.2%, respetivamente, para 1.7% e 1.6%. Apesar deste crescimento mais forte que agora é antecipado, o PIB português só deverá mesmo assim regressar ao nível registado em 2008 durante o ano de 2019.

Projeções do Banco de Portugal: 2017-2019 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos	Projeção março 2017				BE dezembro 2016			
	2016	2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto interno bruto	100,0	1,4	1,8	1,7	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5
Consumo privado	65,8	2,3	2,1	1,4	1,4	2,1	1,3	1,4	1,3
Consumo público	18,1	0,8	0,2	0,5	0,2	1,0	0,0	0,4	0,2
Formação bruta de capital fixo	14,8	-0,3	6,8	5,0	4,8	-1,7	4,4	4,3	4,5
Procura interna	98,8	1,5	2,5	1,8	1,7	1,2	1,5	1,7	1,6
Exportações	40,2	4,4	6,0	4,8	4,5	3,7	4,8	4,6	4,4
Importações	39,1	4,4	7,3	4,8	4,7	3,5	4,8	4,9	4,4
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em p.p.) ^(a)									
Procura interna		0,5	0,8	0,7	0,7	0,4	0,5	0,6	0,6
Exportações		0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9
Emprego ^(b)		1,6	1,6	1,0	1,1	1,5	1,0	0,9	1,0
Taxa de desemprego		11,1	9,9	9,0	7,9	11,0	10,1	9,4	8,5
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,7	1,0	1,1	1,2	1,1	0,9	0,9	1,1
Balança de bens e serviços (% PIB)		2,2	1,4	1,3	1,4	2,2	1,9	1,8	1,8
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,6	1,6	1,5	1,5	0,8	1,4	1,5	1,5

Fonte: Banco de Portugal, "Projeções para Portugal - 29 de março de 2017"

As exportações deverão continuar a ser o motor da economia portuguesa avançando 6.0% em 2017, 4.8% em 2018 e 4.5% em 2019 (com a queda do comércio com Angola a ter impactos sucessivamente menores e beneficiando da reentrada em pleno serviço da refinaria de Sines e da conclusão da fase de transição de modelos na Autoeuropa). O turismo também deverá continuar a registar um comportamento bastante positivo, favorecido por importantes eventos em 2017 como a visita do Papa. Por fim, a normalização do ciclo de fundos europeus deverá permitir uma recuperação considerável do investimento, que deverá crescer 6.8% em 2017. É ainda esperada uma evolução favorável do mercado de trabalho que deverá permitir que desemprego baixe dos dois dígitos para um valor anual médio de 9.9% já em 2017 e devendo cair para 7.9% em 2019, um nível que seria ainda ligeiramente acima da média de 7.6% registada em 2008.



ATIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

A Golden Actives obteve um resultado líquido negativo de - 54.321,26€.

ÓRGÃOS SOCIAIS

A Golden Actives tem como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso (2015/2017), a única alteração foi a relativa ao Fiscal Único, tendo sido eleita, em substituição da anterior sociedade, a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Luís Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2017, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quanto à identidade das empresas participadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 19 de maio de 2017



António José Nunes da Silva
Presidente



João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal



Sérgio Ferreira da Silva
Voga



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2016 que a seguir se discriminam:

Nome do titular	Nº Ações 31/12/2015	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2016	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	0	10.000 ações	0	10.000	10%

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2016, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Baobá – Investimentos, Lda.	10.000	10,00%

h
m
p
w
d

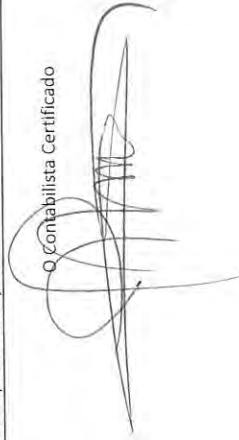
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano			Ano anterior (31-12-2015)	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				
		1	2	3=1-2				
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		330	-	330	1.129	7	-	8.256
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	30.784.243	-	30.784.243	8.026.294	9	160.000	160.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	129.550	-	129.550	129.394	8	32.754.490	9.359.375
Aplicações em instituições de crédito	4	950.000	-	950.000	1.225.000		32.914.490	9.527.632
Outros ativos tangíveis	6	525.449	441.227	84.222	102.755			
Ativos intangíveis	6	106.202	105.833	369	1.112		500.000	500.000
Ativos por impostos correntes	7	6.949	-	6.949	10.904	10	5.000	5.000
Outros ativos	8	2.408.076	-	2.408.076	1.535.352	11	(40.966)	(40.228)
						12	1.039.537	1.042.228
							(54.321)	(2.691)
							1.449.249	1.504.309
Total de Ativo		34.910.799	547.060	34.363.739	11.031.941		34.363.739	11.031.941

Rubricas Extrapatrimoniais			Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.					
Depósito e guarda de valores					
Valores administrados pela instituição.					
			23	28.754	30.074
			23	69.175.845	34.918.598
			23	1.844.565	3.016.644

O Contabilista Certificado



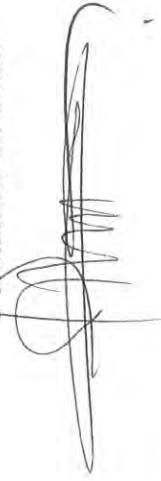
O Conselho de Administração



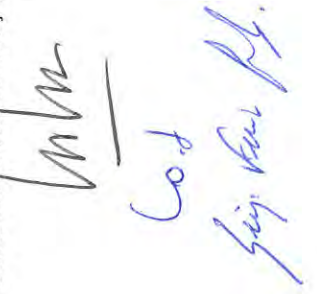
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Juros e rendimentos similares	13	192.156	42.256
Juros e encargos similares	13	(6.968)	(134)
Margem financeira		185.189	42.123
Rendimentos de serviços e comissões	14	1.920.035	1.629.174
Encargos com serviços e comissões	15	(861.106)	(518.731)
Resultados de reavaliação cambial		(940)	6.477
Outros resultados de exploração	16	(126.908)	(26.339)
Produto bancário		1.116.270	1.132.702
Gastos com o pessoal	17	(573.918)	(500.218)
Gastos gerais e administrativos	19	(557.850)	(588.484)
Amortizações do exercício	6	(28.025)	(36.769)
Resultados antes de impostos		(43.522)	7.230
Impostos correntes	7	(10.799)	(9.921)
Resultado após impostos		(54.321)	(2.691)
Resultado por ação			
Básico	21	-0,54	-0,03
Diluído	21	-0,54	-0,03

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Resultado individual		(54.321)	(2.691)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		(738)	(18.348)
Rendimento integral do exercício		(55.059)	(21.039)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

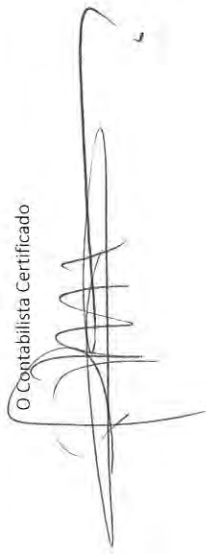


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores Expressos em Euros)

Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2015	500.000	5.000	(21.880)	1.455.964	(413.736)	1.525.348
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(18.348)	-	-	(18.348)
Aplicação do resultado do exercício de 2014:						
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(413.736)	413.736	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	(2.691)	(2.691)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	500.000	5.000	(40.228)	1.042.228	(2.691)	1.504.309
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(738)	-	-	(738)
Aplicação do resultado do exercício de 2015:						
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(2.691)	2.691	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(54.321)	(54.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	500.000	5.000	(40.966)	1.039.537	(54.321)	1.449.249

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores Expressos em Euros)

	31-12-2016	Ano anterior (31-12-2015)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.885.895	1.488.784
Juros, comissões e encargos similares pagos	(867.506)	(711.595)
Pagamentos ao pessoal	(624.499)	(519.694)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(53.679)	4.329
Resultados de reavaliação cambial	6.475	6.477
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(229.891)	(63.265)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	116.795	205.136
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.332)	970.354
Aplicações em instituições de crédito	232.000	(845.676)
Outros ativos	7.380	5.180
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	238.048	129.858
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	(151.000)	(233.529)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(151.000)	(233.529)
Fluxo das atividades operacionais (1)	203.843	101.465
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	-	-
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(3.967)	(4.226)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(3.967)	(4.226)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	199.876	97.239
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	155.445	58.206
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	355.321	155.445

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	330	1.129
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	354.990	154.316
Caixa e seus equivalentes	355.320	155.445
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	30.429.254	7.871.979
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	950.000	1.225.000
Disponibilidades constantes do balanço	31.734.574	9.252.423

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes de 30.429.254 euros e 7.871.979 euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em abril de 2003, e que tem como atividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de fevereiro.

Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e

passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objeto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos acionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo

despesas) e o valor líquido dos ativos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efetiva e do período de detenção respetivos, após se efetuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transações realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos – contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 8).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como ações e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor", exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos ativos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamentos de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão,

originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2016.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

h) Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - o Valor da transação intermediada;
 - o Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - o componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - o componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários,

~

h / SP. \$

e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

i) Rubricas extrapatrimoniais

i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respetivo valor nominal (Nota 23). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 23). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 23).

j) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo



ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

k) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

l) Gestão do risco financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i) Risco de taxa de câmbio

O Grupo transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

h
F. S.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo.

m) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.



As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do grupo.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("*non adjusting events*"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital	Atividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Disponibilidades de Terceiros:		
- em instituições de crédito no país	23.911.241	4.614.442
- em instituições de crédito no estrangeiro	6.518.012	3.257.357
	<u>30.429.254</u>	<u>7.871.979</u>
Disponibilidades da Sociedade:		
- em instituições de crédito no país	354.990	154.315
- em instituições de crédito no estrangeiro	0	0
	<u>354.990</u>	<u>154.315</u>
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	<u>30.784.243</u>	<u>8.026.298</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço da Sociedade não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Em 31 de dezembro de 2016, do total de disponibilidades de terceiros

o montante de 21.874.024 Euros (2.036.856 Euros em 2015) refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica era composta por as seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	950.000	1.225.000

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Instrumentos de dívida:</u>		
- Obrigações de emissões públicas nacionais – taxa fixa	27.050	26.894
	27.050	26.894
<u>Instrumentos de capital:</u>		
- Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
- Prestações suplementares	6.250	6.250
	102.500	102.500
	129.550	129.394

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2016	Valor de Balanço 31.12.2015	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 4,35 10 2017	2.500.000	0,01€	-	-	26.894	24.688
Obrigações do Tesouro – OT's 3,85% 04 2021	25.000	1,00€	108,2%	27.050	-	26.963
				27.050	26.894	

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data fornecida pela Bloomberg Finance L.P..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Obrigações do Tesouro – OT 4,35 10/2017 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos financeiros disponíveis para venda – “Instrumentos de Capital” correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2 b) i.2), este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Ativo	Capital Próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2016	2.419.082	1.865.229	6.126	4.337.597
2015	2.886.334	1.861.368	45.291	6.813.378

6. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2016				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	106.202	-	-	-	106.202
	106.202	-	-	-	106.202
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	33.457	2.141	-	-	35.597



Equipamento informático	153.369	2.913	-	-	156.282
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.855	3.695	-	-	5.549
Património Artístico	192	-	-	-	192
	516.701	8.748	-	-	525.449
	622.903	8.748	-	-	631.651

2016					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	105.089	743	-	-	105.833
	105.089	743	-	-	105.833
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	197.396	21.118	-	-	218.513
Mobiliário e equipamento	33.352	600	-	-	33.952
Equipamento informático	148.737	4.826	-	-	153.563
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	739	-	-	2.594
	413.945	27.282	-	-	441.227
	519.034	28.025	-	-	547.060

2015					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	105.095	1.107	-	-	106.202
	105.095	1.107	-	-	106.202
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	33.457	-	-	-	33.457
Equipamento informático	149.143	4.226	-	-	153.369
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Material de transporte	34.000	-	(34.000)	-	-
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
Património Artístico	192	-	-	-	192
	546.474	4.226	(34.000)	-	516.701
	651.569	5.333	(34.000)	-	622.903

Rubricas	2015				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	104.346	743	-	-	105.089
	104.346	743	-	-	105.089
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	176.095	21.301	-	-	197.396
Mobiliário e equipamento	32.962	390	-	-	33.352
Equipamento informático	142.902	5.835	-	-	148.737
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Material de transporte	25.501	8.500	(34.000)	-	-
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854
	411.919	36.025	(34.000)	-	413.945
	516.265	36.767	(34.000)	-	519.034

7. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 22,5% e 22,5%, respetivamente.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		(43.522)		7.230
Imposto apurado com base na taxa nominal	-6,45%	2.809	12,82%	927
Tributação autónoma		7.321		8.994
Outros (Derrama)		669		-
Imposto apurado com base na taxa efetiva	24,81%	(10.799)	137,22%	9.921
Do qual:				
Imposto corrente		(10.799)		9.921

8. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como segue:

	2016	2015
<u>Devedores diversos:</u>		
- Devedores por operações em derivados – conta margem	2.297.330	1.433.356
	<u>2.297.330</u>	<u>1.433.356</u>
<u>Rendimentos a receber</u>	<u>7.780</u>	<u>16.355</u>
<u>Despesas com encargos diferidos:</u>		
- Rendas	14.000	14.083
- Outros	8.776	9.832
	<u>22.776</u>	<u>23.915</u>

<u>Outros devedores</u>	41.933	19.255
<u>Outros ativos – Setor Público Administrativo:</u>		
- Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	35.847	20.870
- FCT – Fundo de Compensação do Trabalho	1.980	940
- Outros	430	20.661
	<u>38.257</u>	<u>42.472</u>
	<u>2.408.076</u>	<u>1.535.352</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	2016	2015
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
- Credores por operações em derivados – conta margem	2.297.330	1.433.356
- Credores por operações sobre valores mobiliários	30.246.885	7.739.866
- Fornecedores	74.371	43.389
	<u>32.618.586</u>	<u>9.216.610</u>
<u>Encargos a pagar:</u>		
- Comissões	16.999	32.542
- Remunerações	75.921	60.699
- Outros custos administrativos	14.514	26.030
	<u>107.434</u>	<u>119.271</u>
<u>Outros passivos – Setor Público Administrativo:</u>		
- Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	16.283	15.224
- Contribuições para a Segurança Social	12.187	9.196
- Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	-927
	<u>28.470</u>	<u>23.493</u>
	<u>32.754.490</u>	<u>9.359.375</u>

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Actives – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos,

5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 49.896 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos ativos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.2 a)).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
- Depósitos à ordem e a prazo	179.359	12.964
- Juros de operações em instituições de crédito	11.655	10.576
- Outros juros e rendimentos similares	1.142	18.716
	<u>192.156</u>	<u>42.256</u>
<u>Outros juros e encargos similares</u>	(6.968)	(134)
	<u>(6.968)</u>	<u>(134)</u>

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Atividades de corretagem:</u>		
- Depósitos à ordem e a prazo	491.804	586.898
- Juros de operações em instituições de crédito	1.352.101	983.412
- Outros juros e rendimentos similares	3.000	3.239
	<u>1.846.905</u>	<u>1.573.550</u>
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		




- Depósito/guarda de valores	6.770	13.400
- Comissões de gestão	30.125	41.038
- Comissões de performance	36.236	1.189
	<u>73.131</u>	<u>55.624</u>
	<u>1.920.035</u>	<u>1.629.174</u>

15. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Atividades de corretagem:</u>		
- Comissões de corretagem	(121.817)	(203.346)
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		
- Comissões de gestão	(709.013)	(292.547)
<u>Serviços bancários</u>	<u>(30.276)</u>	<u>(22.838)</u>
	<u>(861.106)</u>	<u>(518.731)</u>

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IVA suportado	(33.484)	(38.061)
Contribuições para o sistema de indemnizações	(1.500)	(2.333)
Outros custos	<u>(125.898)</u>	<u>(25.894)</u>
	<u>(160.882)</u>	<u>(66.288)</u>
Outros ganhos e rendimentos	33.974	39.949
	<u>(126.908)</u>	<u>(26.339)</u>

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 18)	141.700	84.500

Handwritten signature and initials.

Remunerações dos colaboradores	317.060	320.230
Encargos sociais obrigatórios	115.157	95.489
	<u>(573.918)</u>	<u>500.218</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser resumido como segue:

	2016	2015
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	12	12
Pessoal administrativo	2	2
	<u>17</u>	<u>17</u>

18. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 141.700 Euros e 84.500 Euros, respetivamente (Nota 17).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser discriminadas como segue:

	2016	2015
António Nunes da Silva	52.500	52.500
João Carlos Magalhães Correia	41.300	16.000
Sérgio Ferreira da Silva	47.900	16.000
	<u>141.700</u>	<u>84.500</u>

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. qual não auferiu qualquer remuneração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por ter sido nomeado após o fim do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Serviços especializados	275.390	323.625
Rendas e alugueres	151.433	150.099
Deslocações e estadas	81.089	52.233
Comunicações e despesas	13.263	23.327
Rendas de locação operacional	12.160	10.941
Publicidade	240	877
Outros	24.274	27.382
	<u>557.850</u>	<u>588.484</u>

20. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016	2015
<u>Outros passivos (credores por operações sobre valores mobiliários):</u>		
- Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	51.033.108	13.610.669
	<u>51.033.108</u>	<u>13.610.669</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2016									
	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Golden Corporate – Consultores, Lda	Vintageburgo	UP Finance	Vasco Freitas	NN Consulting	Golden Actives	GLD IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.060)	-
Comissões suportadas	-	-	(405)	-	(441.414)	(2.441)	(33.695)	-	-	(2.167)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	275.637	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2015									
	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Golden Corporate – Consultores, Lda	Vintageburgo	UP Finance	Vasco Freitas	NN Consulting	Golden Actives	GLD IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.060)	-
Comissões suportadas	-	-	(405)	-	(441.414)	(2.441)	(33.695)	-	-	(2.167)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	275.637	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-



Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	(1.325)	-	-
Comissões suportadas	-	(224)	-	(4.781)	(18.730)	(43.867)	(1.986)	-	(2.003)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	115.715	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-

21. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2016	2015
Resultado para efeitos de calculo do resultado por ação líquido e diluído	(54.321)	(2.691)
Numero médio ponderado de ações para efeitos de calculo do resultado por ação líquido e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	-0,54	-0,03
Diluído	-0,54	-0,03

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de maio de 2017. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Responsabilidade potencial com o Sistema de Indemnização aos Investidores	28.754	30.074
	<u>28.754</u>	<u>30.074</u>
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores	69.175.845	34.918.598
- Valores administrados pela instituição	1.844.565	3.016.644

<u>71.020.410</u>	<u>37.935.242</u>
-------------------	-------------------

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2016, ascende a 27.050 Euros (Nota 5).

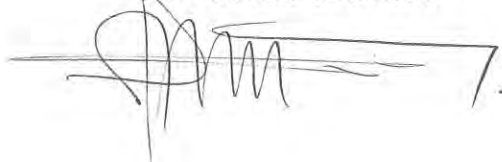
A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os ativos geridos, em 31 de dezembro de 2016 e dezembro de 2015 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ações	1.205.937	1.511.991
Outros	638.628	1.504.653
	<u>1.844.565</u>	<u>3.016.644</u>

Estes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2 i).

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Co. J
 fcy. Ken fcy.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Golden Actives – SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 34.364 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.449 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54 milhares de euros, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Golden Actives – SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.h) e 14 do Anexo às demonstrações financeiras)	
Em 31 de dezembro de 2016 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.920 milhares de euros. Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito. O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico. Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.i) e 23 do Anexo às demonstrações financeiras)	
Em de dezembro de 2016 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 71.020 milhares de euros. Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais. Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis elaboração do relatório de gestão.
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Actives – SGPS, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 22 de maio de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

Golden Actives – SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Actives – SGPS, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2016, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Por só termos sido nomeados após 31 de dezembro de 2016 não nos foi possível acompanhar a atividade da Sociedade durante esse exercício, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. Contudo no final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2016;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 22 de maio de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

ACTAS

Folha 45

ATA N.º 18

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429, na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., titular do número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e dezasseis;_____

Dois – Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, do exercício de dois mil e dezasseis; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade._____

Cinco – Política de remunerações dos órgãos sociais._____

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respetivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. Encontravam-se, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração, Drs. António José Nunes da Silva, João Carlos de Magalhães Correia de Matos e Sérgio Ferreira da Silva. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo 63º do Código das Sociedades Comerciais._____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pelo Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas. _____

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social de se reunirem em assembleia geral universal, ao abrigo do disposto no artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016, os quais, não havendo mais intervenções, foram colocados à votação e aprovados por unanimidade. _____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2016, os quais, não havendo mais intervenções, foram colocados à votação e aprovados por unanimidade. _____

ACTAS

Folha 46

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. António José Nunes da Silva: «Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de - 5.492,50 € seja transferido para resultados transitados».

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Tomou a palavra o acionista, Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho que apresentou então a seguinte proposta:

«Proponho que seja conferido um voto de confiança e louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quinto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o acionista, Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que seja aprovada a manutenção da Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais, conforme constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante.»

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade, conforme constante em documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das dezanove horas e trinta minutos e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



O Secretário,

